

ESTRADAS

União vai ceder BR-163 para o setor privado

RAYMUNDO COSTA
IURI DANTAS

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo do PT bateu o martelo sobre a primeira concessão para exploração privada de uma rodovia federal. Combina financiamento público a juros subsidiados com uma associação dos setores público e privado.

Trata-se do asfaltamento da Cuiabá-Santarém (BR-163), promessa repetida oito vezes por Fernando Henrique Cardoso, cuja execução o atual governo deve anunciar em agosto. No próximo dia 18, dois ministros, cinco governadores e empresários discutem o projeto em Brasília.

O desenho é de um consórcio formado por empresas exportadoras de soja, da Zona Franca de Manaus (AM) e do setor rodoviário amazônico. Foi apresentado pela primeira vez no governo passado, quando o consórcio tinha à frente o hoje governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, o maior produtor de soja do país.

Lula comprou a idéia: financiado por dinheiro dos fundos constitucionais do Centro-Oeste, da Amazônia e do Norte, a juros subsidiados, três anos de carência e 12 anos de prazo de pagamento, o consórcio irá recuperar e asfaltar a BR-163 até Itaituba, no Pará, a um custo de US\$ 175 milhões.

Em troca, vai explorar a rodovia durante 15 anos e cobrar pedágio, apenas de frete, de US\$ 8 por tonelada. Carros de passeio e caminhões vazios seriam liberados.

A decisão foi tomada porque o governo não tem dinheiro em caixa para recuperar a malha viária existente. E a estrada é uma obra considerada estratégica por permitir o escoamento da produção do Centro-Oeste a preços mais baratos. A estimativa dos produtores de soja é de conseguir diminuir o custo do frete em pelo menos US\$ 13 por tonelada. Como esse tipo de modelo ainda não foi empregado no país, o que o Ministério dos Transportes pretende é usar a Cuiabá-Santarém como laboratório das novas concessões.

Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	FSP (Brasil)
Data	15/06/2003 Pg 4/13
Class.	10